



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Ata Nº05/2014

## ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e catorze pelas catorze horas e quarenta minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 5ª Sessão Extraordinária de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

### II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – Discussão sobre Competências e Eleição da Comissão Executiva Metropolitana. -----

PONTO 2 – Proc.29896/OM – Bairro Novo do Trigache – União das Freguesias de Pontinha e Famões – Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas Devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 8/89 – Lotes 8, 10, 11, 13, 14, 25, 41, 45, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 69, 72, 73, 75, 77 e 80, em nome de Olívio São Pedro Mendes e outros. -----

PONTO 3 – Regulamento das Condições de Reconhecimento de Isenção de Derrama – Estimativa de Despesa Fiscal 2014. -----

PONTO 4 – Proposta de Composição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas para o Mandato Autárquico - 2013/2017 – Eleição do Representante das Juntas de Freguesia pela AMO. -----

PONTO 5 – CD-ARICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento" – Proposta de Alteração aos Estatutos. -----

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signature)*

O Senhor Presidente da Assembleia deu posse ao Sr. Deputado Paulo Jorge Ribeiro, pela da Bancada do PS e o Sr. Deputado João Pinto pela bancada da CDU. -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal Tânia Beleza, pelo Membro Alcina Trindade; -----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal Rui Cabral, pelo Membro Paulo Ribeiro; -----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal Afonso Simão, pelo Membro Carlos Barreto; -----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal Miguel Galante, pelo Membro João António; -----

Na bancada do PS, a Presidente da Junta da União das Freguesias da Pontinha e Famões, Corália Rodrigues, pelo Substituto Legal, António Rodrigues; -----

Na bancada da CDU, o Presidente da Junta de Freguesias da Ramada / Caneças, Ilídio Ferreira, pelo Substituto Legal, Maria Arlinda Gomes -----

Na bancada da CDU, o Membro da Assembleia Municipal Fernando Painho, pelo Membro João Lourenço; -----

Na bancada da CDU, o Membro da Assembleia Municipal António Pedro, pelo Membro João Pinto; -----

Na bancada da CDU, o Membro da Assembleia Municipal Lúcia Mateus, pelo Membro José Rodrigues; -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos 37 Membros da Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador, e 3 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores, Hugo Martins,



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Edgar Valles, pela bancada do PS, Carlos Bodião pela bancada do PSD e Rui Francisco da bancada da CDU \_\_\_\_\_

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA \_\_\_\_\_

No âmbito do PAOD, Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: \_\_\_\_\_

Pela Bancada do BE foi apresentada uma **Moção (Doc. nº 1) “Relativa à proposta de admissão da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”**, que seguidamente se transcreve:

*“A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada a 17 de julho de 1996, assume «o primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social». Estes princípios orientadores, expressos na alínea e) do artigo 5º dos Estatutos da CPLP, são uma exigência para os países que integram a organização. Devem, por isso, ser interpretados como critérios excludentes da entrada de novos membros na comunidade. \_\_\_\_\_*

*Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP aprovaram, a 20 de Fevereiro de 2014, uma recomendação para que a Guiné Equatorial se tornasse Estado-membro de pleno direito. Esta recomendação, sobre a qual se debruçará a Conferência de Dili, que decorrerá em julho de 2014, assinala os progressos da Guiné Equatorial no que diz respeito à abolição da pena de morte. Porém, a «moratória temporária à aplicação da pena de morte», integrada na Resolução Presidencial nº 426/2014, tem apenas um carácter temporário. Além disso, não foi submetida a consulta popular ou parlamentar. \_\_\_\_\_*

*O regime de Teodoro Obiang Nguema, que lidera o país desde 1979, tem sido frequentemente classificado pela Comunidade Internacional como “repressivo” e “corrupto”. São vários os relatórios que dão conta das violações dos direitos humanos no país. A Amnistia Internacional denunciou recentemente várias excussões. A Human Rights Watch, assim como o próprio Departamento de Estado dos EUA, denunciaram igualmente detenções extrajudiciais. Acresce que a Guiné Equatorial ocupa o 163º lugar, num total de 177 países, no Índice de Perceção sobre a Corrupção de 2013 da Transparência Internacional. \_\_\_\_\_*

*Afastado o critério dos direitos humanos, restaria o critério da língua portuguesa. Porém, a adoção do Português como terceira língua oficial da Guiné Equatorial – como já o eram o Espanhol e o Francês – é uma decisão arbitrária e pouco séria. Será, aliás, de estranhar que os vários governos portugueses se tenham prestado a caucionar esta artificialidade ao assinar protocolos com a Guiné Equatorial para apoio ao ensino da língua portuguesa em instituições daquele país. Não só não está garantida a adequabilidade da*



Assembleia Municipal de Odivelas

*prática do regime de Obiang aos princípios orientadores da CPLP, como os requisitos linguísticos são instrumentalizados em favor do interesse económico de alguns países. O respeito pela vida das pessoas não se mede em euros.* -----

*Em novembro de 2013, a Câmara Municipal de Odivelas distinguiu a CPLP com a atribuição da Medalha Municipal. O reconhecimento de uma «entidade que tem dado um contributo para o concelho» é, pelos princípios estabelecidos pela autarquia, incompatível com as práticas que têm sido seguidas na Guiné Equatorial.* -----

*Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas delibera:* -----

- 1. Condenar a violação dos direitos humanos na Guiné Equatorial, reiterando o compromisso com os princípios da defesa da democracia, da justiça social e do estado de direito inscritos nos documentos fundadores da CPLP;* -----
- 2. Apelar ao Governo da República Portuguesa para que, no âmbito do artigo 6º dos Estatutos da CPLP, recuse a admissão da Guiné Equatorial como Estado de pleno direito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;"* -----

*Pela Bancada do BE foi apresentado um Voto de Condenação (Doc. nº 2) "Pelo comportamento do IHRU em relação aos seus inquilinos", que seguidamente se transcreve:* -----

*"Considerando que:* -----

- 1. O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) é o instituto público responsável pela gestão de milhares de habitações, muitas delas onde residem pessoas idosas e/ou em situação altamente vulnerável;* -----
- 2. O IHRU tem enviado cartas a alguns dos seus inquilinos sobre o pagamento de rendas, com valores atualizados e aumentados;* -----
- 3. As cartas enviadas pelo IHRU, omitem as Providências Cautelares que decorrem presentemente no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e comunicam aos moradores que a ação judicial interposta pelos moradores do Bairro dos Lóios, em 2013, contra a aplicação renda apoiada pelo IHRU, não teve os devidos efeitos suspensivos;* -----
- 4. Nas cartas, o IHRU recomenda aos respetivos moradores que se dirijissem às instalações do IHRU e que retomassem, de imediato, o pagamento do valor da renda que lhe foi comunicada, sendo que o instituto pode ver-se obrigado "a recorrer à via judicial por falta de pagamento das rendas devidas";* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

5. O IHRU encontra-se a exercer de uma forma abusiva, a intimidação e a ameaça sobre as e os moradores, como forma de os forçar a efetuar o pagamento dos valores incomportáveis de renda apoiada, do qual, ainda não existe uma decisão proferida pelo respectivo tribunal; -----
6. Com a extinção dos Governos Cívís, em 2013, o IHRU passou a assegurar a gestão de vários bairros do concelho. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário, no dia 10 de abril de 2014, condena veementemente o comportamento do IHRU perante os seus inquilinos." -----

Pela Bancada do PS foi apresentado um **Voto de Protesto (Doc. nº 3)** sobre "**Processo de Privatização da EGF**", que seguidamente se transcreve: -----

Tendo em conta que: -----

Foi publicado a 20 de março o Decreto-Lei n.º 45/2014, que aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral de Fomento S.A, empresa pública a atuar no setor de resíduos que detém as participações acionistas maioritárias nas empresas multimunicipais de resíduos, nomeadamente a Valorsul, tendo o respetivo caderno de encargos sido publicado na passada terça-feira, dia 8 de Abril. -----

Consideramos que: -----

1. Não está salvaguardado o interesse público, uma vez que o Governo ainda não esclareceu como é que a privatização garante a qualidade e a eficiência na gestão dos resíduos, área em Portugal atingiu indicadores ambientais de excelência a nível internacional, fruto do trabalho da EGF, dos sistemas multimunicipais, e do investimento dos próprios municípios; -----
2. Não há garantia que no futuro continue a ser praticado um tarifário adequado, justo e equilibrado;
3. É incompreensível o facto de aos Municípios ser vedada a opção de adquirir ações do capital social da EGF, quando é dado esse direito aos trabalhadores e aos privados (investidores nacionais e estrangeiros); -----
4. Uma vez que Municípios não são só acionistas, mas também clientes e fornecedores de matéria-prima, esta solução de recurso ao mercado livre (com alteração unilateral da composição acionista destas empresas) põe imediatamente em causa o contrato de exclusividade de fornecimento de matéria-prima, uma vez que também aqui deixa de funcionar o regime de monopólio; -----
5. Existe uma violação clara dos Estatutos da Valor Sul, estabelecidos pelo Decreto-Lei 68/2010 de 15 de Junho, que determinam que as ações da classe A (detidas pela EGF) devem representar **sempre** pelo menos, 51 % do capital social com direito a voto e delas apenas podem ser titulares entes públicos; -----
6. Não estão acautelados os direitos fundamentais dos trabalhadores destas empresas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Assim e face ao anteriormente exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em Sessão Ordinária no dia 10 de Abril de 2014, delibera um Voto de Protesto e rejeição do processo de privatização da Empresa Geral de Fomento S.A. encetado pelo Governo.* -----

Pela Bancada do PS foi apresentado um Voto de Congratulação (Doc. nº 4) sobre “Acordo relativo à constituição dos serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas”, que seguidamente se transcreve: -----

*“Após um processo negocial, que decorreu nos últimos meses, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) e a Câmara Municipal de Loures (CML) chegaram a um acordo para a gestão do serviço de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos nos dois concelhos, o qual foi assinado e comunicado aos trabalhadores do SMAS de Loures no passado dia 7 de abril.* -----

*Perante a evolução da posição da Câmara Municipal de Loures, que veio ao encontro daquelas que eram as reivindicações legítimas do nosso Concelho a Câmara Municipal de Odivelas mostrou abertura para e suspender o processo de concessão que havia iniciado e para negociar uma solução intermunicipal razoável e equilibrada para ambas as partes.* -----

*A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em Sessão Ordinária em 10 de Abril de 2014, delibera: -----*

- 1. Felicitar os executivos das Câmaras Municipais de Odivelas e Loures pela capacidade de negociação e atitude construtiva demonstradas no processo negocial;* -----
- 2. Congratular-se pelo acordo alcançado, o qual viabilizará a criação dos Serviços Intermunicipalizados e a manutenção dos postos de trabalho e direitos adquiridos;* -----
- 3. Expressar confiança que com uma nova administração conjunta será possível melhorar a qualidade do serviço e garantir o investimento infraestrutural de que Odivelas tanto carece, face à secundarização com que este território foi tratado nos últimos anos, factos unanimemente reconhecidos pelos responsáveis autárquicos dos dois Concelhos.”* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pela Bancada do **PSD** foi apresentado um **Voto de Saudação (Doc. nº 5)** sobre **“Empresa Intermunicipal para a Gestão do Serviço de Abastecimento de Água nos Concelhos de Odivelas e Loures”**, que seguidamente se transcreve: -----

*“Na sequência da decisão tomada no dia 7 de Abril de 2014, entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Câmara Municipal de Loures no sentido da criação de uma Empresa Intermunicipal para a gestão do serviço de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos nos concelhos de Odivelas e Loures, a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Odivelas saúda: -----*

- Os executivos das câmaras municipais de Odivelas e Loures pela decisão tomada; -----*
- Os trabalhadores dos SM de Loures que, com esta decisão ficam com os seus postos de trabalho salvaguardados; -----*
- Os sindicatos na sua luta contra a concessão da água em Odivelas.”- -----*

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a discussão dos documentos acima apresentados tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção, que será convertida em declaração de voto, sobre o doc. n.º 4; -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção, que será convertida em declaração de voto, sobre o Doc. n.º 1; -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve: -----

*“Relativamente ao documento nº 4 apresentado pelo PS que é um voto de congratulação queremos deixar claro que estamos completamente de acordo com a criação de uma empresa intermunicipal para a gestão dos serviços municipalizados. -----*

*Estamos confortáveis com este desfecho e penso que ficamos todos a ganhar com esta decisão e os trabalhadores dos serviços municipalizados poderão ficar descansados. -----*

*Esta é uma declaração prévia. -----*

*Devemos tecer algumas considerações sobre este processo, ainda que breves porque não dispomos de muito tempo que é manifestamente insuficiente para aquilo que deveria ser dito. - -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Nem sempre podemos dizer aquilo que pensamos, muitas vezes fazemo-lo mas outras vezes temos de pensar que isso poderá ferir a suscetibilidade de pessoas pelas quais nutrimos simpatia e apreço e isso faz refrear um pouco aquilo que pretendemos dizer. -----*

*Mas voltaremos a este assunto mais tarde quando forem tomadas decisões definitivas e aí prometo fazer uma intervenção mais assertiva. - -----*

*E a pequena intervenção que hoje fazemos é essencialmente para dizer que esta decisão é uma vitória dos trabalhadores do SMAS de Loures que lutaram contra a decisão que foi tomada em Odivelas no sentido de concessionar a distribuição da água. -----*

*É uma vitória da CDU e dos sindicatos que lideraram esta luta. -----*

*Mas é essencialmente uma vitória do senhor presidente da Câmara Municipal de Loures, Dr. Bernardino Soares que conseguiu aquilo que não teria sido possível com a continuação da gestão do PS em Loures. --*

*E esta vitória é tanto maior quando olhamos para trás e verificamos que os últimos três mandatos (12 anos) tiveram uma gestão comum, ou seja uma gestão do Partido Socialista. -----*

*É claro que esta não era só uma decisão partidária, as pessoas têm um papel muito importante nas decisões e é por isso mesmo que destaco o papel do senhor presidente da Câmara Municipal de Loures. --*

*Se não fossem os seus argumentos a sua simpatia e o fascínio que exerce não só perante os seus eleitores, este acordo não teria sido possível. - -----*

*Como sabem a deliberação anterior foi tomada por maioria tanto na câmara como na Assembleia Municipal e teve o apoio do PSD, que acolheu os argumentos do Partido Socialista para a decisão de se denunciar o contrato de prestação de serviços que vinha sendo prestada pelo SMAS de Loures e a decisão foi baseada em pareceres técnicos e na realidade daquilo que se passava no terreno. - -----*

*Portanto, na altura, pareceu-nos que seria uma decisão acertada, apesar de nos ter causado alguns problemas na bancada da assembleia municipal, não falo por mim que sou um homem de luta mas de alguns companheiros. -----*

*Aliás, a decisão estava tão bem fundamentada que a senhora presidente em ano de eleições autárquicas escreveu uma carta dos munícipes a explicar a situação e a decisão tomada. -----*

*Foi contratada uma empresa especializada para o acompanhamento de todo o processo de lançamento do concurso. - -----*

*Foi lançado o concurso do qual não sabemos o resultado mas segundo pensamos irá ser anulado. -----*

*E agora temos este entendimento e por esse facto temos de dar os parabéns aos intervenientes que o permitiram. -----*

*Se a vitória de uns representa sempre a derrota de outros, neste caso penso que ficamos todos a ganhar. --*

*Para já é só o que queremos dizer." -----*





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

**António Monteiro**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve: -----

*"Acordo de Constituição dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas - -----  
No início desta semana viveu-se um momento político extraordinariamente importante para os concelhos de Odivelas e Loures – e, acrescentaríamos, para o próprio poder local e para o país. -----*

*Seis meses volvidos após a realização das eleições autárquicas e somente dois meses após a iniciativa tomada pelo Presidente da Câmara Municipal de Loures, da CDU, junto da Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, do PS, bastaram/foram suficientes para se conseguir alcançar um acordo de Constituição dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas, que permitiu ultrapassar um diferendo que, penosamente, perdurava há mais de doze anos e evitar a entrega destes serviços a privados no Município de Odivelas, que, a ter ocorrido, acarretaria consequências gravosas para as populações e trabalhadores envolvidos. -----*

*Conseguiu-se estabelecer um acordo que assegura uma gestão integralmente pública e partilhada do abastecimento de água, do saneamento e recolha de resíduos urbanos nos dois municípios e o desenvolvimento sustentado deste serviço público de interesse vital e estratégico. Este acordo representa, na nossa perspetiva e tal como sempre advogámos, a opção que melhor defende os superiores interesses da população, com todas as suas legítimas expectativas, que melhor pode assegurar o desenvolvimento, a qualidade e o acesso universal a este serviço público fundamental, bem como a preservação dos postos de trabalho e direitos adquiridos. -----*

*Destacamos e valorizamos, neste acordo, a rotatividade na presidência de cada um dos dois municípios, por um período de 24 meses (cabendo o primeiro exercício à Câmara Municipal de Loures), o facto do Conselho de Administração vir a ser constituído por um presidente e dois vogais, membros das Câmaras Municipais dos dois municípios, a serem nomeados pelos respetivos executivos municipais e o facto das decisões fundamentais serem tomadas por unanimidade. -----*

*Conseguiu-se ainda, complementarmente, dar um relevante sinal político ao Governo, num momento em que este procura, de forma agalopada, empurrar os municípios para soluções de privatização, como bem demonstra/ilustra o recente caso da venda anunciada da posição do Estado na Empresa Geral de Fomento S.A., empresa pública a atuar no sector de resíduos que detém as participações acionistas maioritárias nas empresas multimunicipais de resíduos, nomeadamente a Valorsul. -----*

*O resultado a que se chegou mostra que valeu e vale a pena lutar por aquilo em que acreditamos. Porque o que aparenta ser inevitável, em determinado momento, afinal não o é! Quando parece que estão esgotadas as alternativas, as alternativas surgem, sobretudo, quando há quem não se resigne e quem coloque sempre os reais interesses das populações acima de todos os outros interesses. - -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*É merecida e da mais inteira justiça, chegados a esta nova etapa, a valorização deste Acordo como uma significativa vitória das populações dos dois concelhos, do Núcleo de Odivelas da Associação Água Pública, dos trabalhadores dos SMAS e de todos aqueles e aquelas que, estiveram na primeira linha de defesa de uma gestão pública da água, saneamento e recolha dos resíduos urbanos. -----*

*Por último, e independentemente dos termos do acordo estabelecerem um prazo de 60 dias, a contar da data da sua assinatura entre as partes, para os órgãos municipais dos dois municípios aprovarem a constituição dos serviços intermunicipais e a subsequente deliberação pelos mesmos de não adjudicação do concurso de exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de efluentes do concelho de Odivelas, consideramos também relevante e de destacar a integração de um representante da CMO no Conselho de Administração dos SMAS, como observador ativo, facto que teve já ontem lugar, procurando assim contribuir para uma ampliação da proximidade e da qualidade do serviço prestado. -----*

*A Bancada da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas saúda a manifesta equidade e relevância do Acordo alcançado, a salvaguarda dos interesses locais e reafirma que, pela nossa parte, podem estar certos que estamos dispostos a continuar a tudo fazer para contribuir, de forma determinada, responsável e construtiva para a recuperação de todo o tempo perdido e para a concretização das mudanças, da melhoria da qualidade dos serviços e da célere correção dos resultados de mais de uma década de desinvestimento e gestão inábil dos SMAS, que os munícipes tanto ambicionam." -----*

*José Falcão, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve: -----*

*"Salientar que fazemos uma alteração à Proposta do Partido Socialista e esperamos que aceite: que é exatamente afirmar a defesa da gestão pública da recolha e distribuição da água, porque é exatamente isto que está em causa. É que a Câmara, até agora e nem nesta Moção, fala do interesse público e da defesa do serviço público de águas e de resíduos sólidos. Nem aqui, numa saudação a uma luta que os trabalhadores e as trabalhadoras ganharam, nem aqui nesta Moção. Nós vamos votar a favor. Mas, mais uma vez se mostra o quão longe está esta Câmara dos interesses públicos. Como só tinha meio minuto, era só para salientar isto. E salientar a hipocrisia destas duas bancadas, que até a polícia meteu aqui dentro, quando os trabalhadores estavam a defender os seus postos de trabalho, e agora, com se nada tivesse acontecido, se esquece e fala da justa luta dos trabalhadores. Ainda bem que, de facto, os trabalhadores e as trabalhadoras lutaram até ao fim. Ainda bem que estão aqui presentes para ouvir esta hipocrisia, e perceber que teremos que continua a estar atentos a tudo o que vai acontecendo nesta matéria". -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

**Edgar Valles**, pela bancada do PS,-----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Em relação ao que aqui se fala, de facto os vencedores são munícipes de Odivelas e Loures. Gostava de dar os parabéns à Câmara de Odivelas pelo placard. Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não. Foi o que fizeram os trabalhadores dos SMAS, foi o que fizeram alguns Odivelenses. Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não à privatização de bens que são monopólios naturais. A água pública. Deixemos chegar tudo isto ao fim, e vejamos depois, se calhar talvez vamos todos concluir que é melhor assim. Está de parabéns Odivelas. Está de parabéns Loures. Está de parabéns a Senhora Presidente da Câmara de Odivelas, que pelos vistos, e como o Dr. Edgar Valles disse, “Santos de casa às vezes não fazem milagres” E portanto, foi preciso mudar-se a cor política em Loures, para se conseguir água pública em Odivelas. É uma boa parceria, de facto. Mudando a política em Loures, as torneiras em Odivelas continuam com um bem público, fundamental. Portanto, a Sra. Presidente da Câmara está de parabéns. A política também é isto, é evolução nas posições. Agora, vejamos a concretização, de facto esperamos todos ansiosamente para que as coisas se concretizem. Há sempre alguém que resiste e há sempre alguém que diz não, e como diria o poeta : “poeta castrado, nunca” E portanto, Sr. Deputado Luís Salmonete, a gente espera que, depois nos venha dizer aquilo que está agora aí encravado, pelos vistos, e portanto não disse tudo o que lhe apetecia. E também há sempre alguém que resiste, e há alguém diz não, em relação a ao amianto nas escolas em Odivelas. Vamos ver se daqui a uns dias, ou daqui a uns meses, uma vez mais, se virá aqui reconhecer que afinal a vitória é dos Odivelenses. Não é da bancada da CDU, não é de ninguém em particular. Aliás, nós já sabemos que agora todos querem ser os pais da criança, mas também sabemos de uma criança que não tinha pais. -----*

*Antes, há um ano atrás, exatamente aqui e no Pavilhão Multiusos havia um filho enjeitado, que era a água pública. Agora, é um filho querido por todos, e todos querem adotar, ou co-adotar, dependendo agora da moda, todos querem adotar a nova criança. Vejamos então em relação ao amianto nas escolas. -----*

*No passado dia 5, a CDU promoveu um debate, sobre o nosso concelho, numa escola, nos Pombais, um Debate sobre o amianto nas escolas. E a CDU aqui, também está de parabéns. Porque, foi um debate informativo, foi um debate formativo, e foi um debate plural. Estiveram presentes as Associações de Pais, independentemente das filiações partidárias, onde os seus membros estão e nas bancadas. Foi um debate onde, sem alarmismos, mas também sem se querer tapar o sol com a peneira, foi demonstrado que em Odivelas há escolas que têm amianto e que tem que ser removido. Mas não basta chegar lá e partir à marreta, deixando um canto do pátio das escolas, as telhas de fibrocimento, que é no fibrocimento que está esse amianto. Não é deixa-las num canto, porque o problema está exatamente quando o amianto é deixado*



Assembleia Municipal de Odivelas

*à solta, as fibras que estão a voar. Eu não estou a dizer que isto aconteceu em Odivelas, estou a dizer que várias pessoas disseram que, por todo o país, em Lisboa e parece que em Odivelas também alguém disse, que se andou a partir amianto, e que ficaram as placas no recreio. -----*

*Ora bem, já sabemos que, a questão da remoção do amianto nas escolas, é de responsabilidade partilhada, é mais, é de responsabilidade tri-partilhada, há escolas que são da responsabilidade do Ministério da Educação, e é ele que obrigatoriamente, e aquilo que se pede, e que se pedia nesse debate, é que se cumpra a Lei. Há uma Lei de 2011, que diz que, é para remover. Há escolas, edifícios, que são da responsabilidade da Câmara Municipal e é essas que aqui dizemos que a Câmara tem que calendarizar a remoção. Aliás, apresentamos aqui numa Assembleia, uma proposta para que apenas se fizesse um calendário, não era para que fosse já remover. Era um calendário para a remoção. E foi criticada, não foi aceite. Portanto, há escolas que são de responsabilidade partilhada, tem a ver com os acordos de cooperação que a nossa Câmara fez com o Ministério da Educação, então do PS. Não sabemos se voltamos aqui à história, de que, "santos de casa não fazem milagres". A verdade é que a Câmara de Odivelas assumiu escolas do 2º e 3º Ciclo das quais tem responsabilidades. Terá a responsabilidade da remoção do amianto? Depende, pois, não tem. Não tendo Sra Presidente, nós também não sabemos muito bem, quais é que tem. Porque, mesmo em relação às que tem, não vemos fazer grande coisa. Não tendo a Câmara responsabilidades, só tem em relação às 11's e ao 1.º Ciclo, e o que é que está feito em relação a isso? Ora bem, e não tendo responsabilidades diretas nas EB's 2 e 3 e nas Secundárias, tem responsabilidades perante os municípios de Odivelas para pressionar e exigir do Ministério da Educação, pelo menos agende, calendarize, a remoção do amianto em Odivelas. -----*

*De qualquer modo, nesse debate, promovido pela CDU, houve mesmo pessoas que disseram que, saíam de lá mais descansadas, e achavam que não iam ter problemas nem cancro, por causa do amianto, na verdade a intervenção dos técnicos de altíssima qualidade não foi alarmar, não foi para dizer que, pelo facto de ser um telhado de fibrocimento teremos a dez, vinte anos, um cancro. Não foi necessariamente assim, mas a verdade é que, existindo o amianto, há o risco sério das pessoas terem problemas, sobretudo, se as fibras efetivamente saírem do seu ambiente de impermeabilização. Gostaria, portanto eu, que estive presente no debate, saudar a CDU, e os Vereadores da CDU pela realização, e saudar mesmo outras pessoas que sendo de outras forças políticas, marcaram presença, porque foi uma excelente aula de saúde pública e uma excelente aula de como se pode fazer política. Portanto, a CDU está de parabéns. Esperemos que o amianto desapareça da face da terra, mas também de Odivelas. -----*

-----  
**Luís Salmonete, pela bancada do PSD,**-----

-----  
**Eduarda Barros, pela bancada do PS,**-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, apresentou um ponto de ordem e uma defesa da honra, que seguidamente se transcreve:-----

*"Sr. Presidente é uma defesa da honra da Lúcia Lemos e da CDU, porque da intervenção da Deputada Eduarda Barros parece resultar que a CDU anda a brincar com a vida das pessoas e com a vida dos Odivelenses, neste caso. -----*

*Perguntando a Sr.ª Deputada de que lado é que nós estamos, na questão do amianto, eu tenho que dizer em nome da honra da Lúcia Lemos e da bancada da CDU que estamos do lado do cumprimento da Lei, ou seja, estando nós a viver num estado de direito, pelo menos em termos teóricos, a Lei é para se cumprir sendo a Lei de 2011 sobre o amianto da autoria do PS achamos que por maioria de razão a lei é para se cumprir e portanto achamos que a nossa honra está demasiado ofendida, quando se vem para a qui chamar posições tomadas noutros sítios para não querer cumprir a lei em Odivelas. Portanto nós estamos do lado do cumprimento da lei Sr.ª Deputada." -----*

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**. -----

Pelas **15h24**, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas **16h00** os trabalhos foram retomados. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**José Pignatelli**, pela bancada do **CDS/PP**, apresentou quatro requerimentos que seguidamente se transcrevem; -----

**"Subsídios destinados às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários e IPSS do Concelho de Odivelas. -----**

*Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais - atendendo a que chegou ao meu conhecimento o incumprimento nos pagamentos dos subsídios/apoios financeiros a pelo menos duas instituições - serve o presente para suscitar a V. Exa., Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões: -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

- I. Descrição detalhada das dívidas globais da Câmara Municipal de Odivelas às três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, bem como os anos a que reportam;-----
- II. Descrição pormenorizada das dívidas da Câmara Municipal às IPSS, Instituições Privadas de Solidariedade Social, do Concelho detalhadas por cada ano; -----
- III. A informação dos valores em débito, agora suscitados, deve ser fornecida por cada ano civil a que reporta; -----
- IV. A mesma informação deve inscrever também as verbas a liquidar às instituições em 2014; -----

Mais suscito ao Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal que me seja clarificado: -----

I. Se os valores em dívida quer às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, quer às IPSS se encontram cabimentados no Orçamento e Opções do Plano da Câmara Municipal para o exercício de 2014? -----

II. E de que forma se encontram inscritos no documento? -----

Os documentos a fornecer devem ser apresentados em separado e no formato de Mapa Resumo."-----

**"Equipamento desportivo do Bairro do Pomarinho.**-----

Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais - atendendo às propostas de concessão para o espaço acima citado apresentadas no Mandato anterior (2009-2013) e à presente situação de total degradação e abandono, bem como à necessidade daqueles equipamentos serem aproveitados, pela proximidade às Urbanizações do Chapim, da Quinta Nova e da Ribeirada, onde não existem espaços semelhantes - serve o presente para suscitar a V. Exa., Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões: -----

- I. Informação sobre as propostas que existem ou subsistem para a requalificação do espaço ou, na sua ausência qual é o entendimento racional que a autarquia tem para esse efeito; -----
- II. Caso exista, descrição pormenorizada do(s) projecto(s) previsto para o local, bem como prazos para a sua execução; -----
- III. A mesma informação deve inscrever as verbas definitivas para a reabilitação do espaço ou eventual estimativa. -----

Mais suscito ao Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal que me seja clarificado: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

I. Caso não exista qualquer projecto de reabilitação daquele espaço público, qual é o prazo que a Câmara Municipal estima para apresentar uma solução definitiva para o mesmo;-----

**“Valores gastos em manutenção com o relvado do campo nº 2 do Complexo Desportivo do Porto Pinheiro.-----**

Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais - atendendo ao estado de degradação do relvado do campo nº 2 do antigo complexo desportivo que servia o Odivelas Futebol Clube que já se encontra impossível de recuperar- serve o presente para suscitar a V. Exa., Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões:-----

I. Valor total gasto pela Câmara Municipal nas intervenções no relvado do campo nº 2 do Complexo Desportivo do Porto Pinheiro que foram realizadas durante o processo de insolvência do Odivelas Futebol Clube e que foram anunciadas em reunião do Executivo camarário no Mandato anterior de 2009-2013;-----

II. Que entidade pagou a demolição do Estádio Arnaldo Dias e a remoção parcial do entulho daí decorrente;-----

III. Se a Câmara Municipal é conhecedora que ainda se encontram alguns aglomerados de entulho triturado decorrente da demolição acima citada e que, agora, se encontram camuflados por vegetação nociva conforme imagens anexas?-----

Mais suscito ao Sr. Presidente da assembleia Municipal de Odivelas que me informe sobre que entidade terá de remover o entulho ainda depositado no espaço do antigo campo Arnaldo Dias.”-----

**“Projecto Odivelas às Compras.-----**

Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais - **atendendo às informações que se conhecem a propósito do projecto mencionado, onde foram investidos € 47.930** - serve o presente para suscitar a V. Exa., Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- I. Se o montante de 47.930 euros foi o valor pago à empresa Seven IT Consulting que assina como autora do site «odivelascompras.com»?-----
- II. Qual é a pessoa colectiva ou singular detentora da propriedade do site em causa? -----
- III. A que entidade foram facturados os honorários da Seven IT Consulting e quem liquidou os respectivos montantes?-----
- IV. Qual é a entidade que presentemente é responsável pelo projecto? -----
- V. Qual é a prestadora de serviços com quem foi acordada a gestão do projecto e a sua actualização e que custos já acarretaram esse mesmo trabalho?"-----

João Curvêlo, pela bancada do BE, apresentou um ponto de ordem, que seguidamente se transcreve: -----

"Era um Ponto de Ordem para percebermos o que é que vamos votar daqui a uns minutos. Em primeiro lugar, recebemos uma proposta da bancada da CDU, substituindo na Moção da Guiné Equatorial, o apelar ao Governo, por exigir ao Governo. Estamos de acordo e incorporamos essa alteração. Por outro lado, o PS informou-nos de que, não integraria no seu texto a nossa proposta de alteração relativamente à Moção dos SMAS, e nós solicitamos à Mesa que ele seja votado complementarmente à Moção do PS. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, apresentou um requerimento sobre os Recursos Humanos da Câmara Municipal de Odivelas, tendo sido feita a sua leitura pela deputada municipal Maria João Loya, que seguidamente se transcreve: -----

"O Concelho de Odivelas precisa de uma Câmara capaz de gerir com competência, rigor e seriedade. Uma Câmara que mobilize não só as energias dos seus munícipes mas também dos seus trabalhadores em torno - de forma empenhada - do que é decisivo, central e crucial para o futuro do Concelho. -----

O Concelho de Odivelas precisa de uma Câmara ambiciosa e justa, que assuma a promoção de uma política de recursos humanos assente na qualificação e formação, na valorização profissional, numa cultura de apreço pela experiência e pelo trabalho de equipa, bem como de reconhecimento e respeito pleno pelos respetivos direitos dos trabalhadores do município. -----

Face ao exposto, e considerando a valorização do trabalho e dos trabalhadores um eixo essencial de uma política de desenvolvimento local e nacional, o Grupo Municipal da CDU vem pelo presente, ao abrigo das disposições legais em vigor e da alínea d) ponto 1 do Art.º 40º do Regimento da Assembleia Municipal de





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signature)*

Odivelas, recorrer à figura do requerimento por escrito com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos da parte da Câmara Municipal de Odivelas: -----

1. Que investimento e ações concretas foram já desenvolvidos no presente ano em matéria de saúde dos trabalhadores do Município, nomeadamente ao nível do serviço interno de saúde ocupacional e da gestão de riscos profissionais? -----
2. Confirma a Câmara Municipal que em matéria de Plano Anual para 2014 de Formação e Qualificação Profissional dos trabalhadores do Município, não irá investir um cêntimo em Formação Externa e no que concerne à Formação Interna despende apenas 7.588€ referente aos custos de apenas uma formação que será ministrada pela Fundação CEFA abrangendo somente 8 técnicos superiores e que, segundo consta, curiosamente teve início em fevereiro e só foi divulgada aos funcionários no mês de abril? Reconhece a Câmara municipal que o total das ações (contando com as ações ministradas pelos próprios funcionários da autarquia) apenas abrangerá 243 trabalhadores, número que ficará bastante aquém do expectável, no universo de 1196 trabalhadores efetivos? -----
3. Quantos pedidos de Jornada Contínua foram requeridos pelos trabalhadores do Município para o presente ano? Quantos destes pedidos foram deferidos, indeferidos (e destes quais os fundamentos) e quantos permanecem ainda em análise (e há quanto tempo se encontra cada um dos pedidos nesta situação)? -----
4. Quantos trabalhadores do Município, do sector operário, do canil municipal, etc., laboram atualmente sem o devido equipamento de proteção individual (fardamento, botas, luvas, etc.)? -----

Pela Bancada do BE foi apresentado um Voto de Congratulação (Doc. nº 6) sobre “Acordo relativo à constituição dos serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas”, que seguidamente se transcreve: -----

“Após um processo negocial, que decorreu nos últimos meses, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) e a Câmara Municipal de Loures (CML) chegaram a um acordo para a gestão do serviço de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos nos dois concelhos, o qual foi assinado e comunicado aos trabalhadores do SMAS de Loures no passado dia 7 de abril. -----

Perante a evolução da posição da Câmara Municipal de Loures, que veio ao encontro daquelas que eram as reivindicações legítimas do nosso Concelho a Câmara Municipal de Odivelas mostrou abertura para e



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*suspender o processo de concessão que havia iniciado e para negociar uma solução intermunicipal razoável e equilibrada para ambas as partes.* -----

*A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em Sessão Ordinária em 10 de Abril de 2014, delibera:* -----

- 1. Felicitar os executivos das Câmaras Municipais de Odivelas e Loures pela capacidade de negociação e atitude construtiva demonstradas no processo negocial;* -----
- 2. Afirmar a defesa da gestão pública da distribuição de água e recolha de resíduos como opção estratégica de longo prazo, considerando que este é um direito fundamental da população e que esta solução deve salvaguardar sempre a manutenção dos direitos dos trabalhadores dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas;*-----
- 3. Congratular-se pelo acordo alcançado, o qual viabilizará a criação dos Serviços Intermunicipalizados e a manutenção dos postos de trabalho e direitos adquiridos;* -----
- 4. Expressar confiança que com uma nova administração conjunta será possível melhorar a qualidade do serviço e garantir o investimento infraestrutural de que Odivelas tanto carece, face à secundarização com que este território foi tratado nos últimos anos, factos unanimemente reconhecidos pelos responsáveis autárquicos dos dois Concelhos."* -----

*Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi colocada à votação a discussão dos documentos acima apresentados tendo sido Aprovado por Unanimidade.* -----

*Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos.* -----

**Moção (Doc. nº1) "Relativa à proposta de admissão da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa",** foi colocada à votação tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor da bancada do PS, CDU e BE, com as abstenções das bancadas do PSD, CDS e de Eduarda Barros, Isabel Coelho, António Fonseca e Miguel Cabrita em nome individual. -----

**Pelos Membros da Assembleia Municipal, João António em nome individual e João Curvelo da bancada do BE** foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

**João António em nome individual:** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

-----  
"A declaração de voto que apresento é em meu nome pessoal. A decisão, antes de mais, eu considero que não nos cabe a nós, cabe, como diz o Luís Amado, e bem, aos chefes dos estados membros. Embora, concorde em pleno com o que aqui está escrito na Moção do Bloco de Esquerda. E, ainda acrescento na minha declaração de voto, outra coisa, que é, no art.º 5º da CPLP, que diz que, a CPLP se rege pelos seguintes princípios orientadores, e que na alínea e), diz pelo primado dos direitos humanos e da justiça social, direitos humanos esses, que não são cumpridos na Guiné Equatorial. Para além de que, acho de muito mau tom, que em 2010, na véspera da Conferência da CPLP de Luanda, tenha sido aprovada a língua portuguesa como língua oficial, só para que pudessem cumprir os critérios de adesão. As coisas não se fazem desta forma, não se fazem à pressa, para poderem ser incluídos, pelo que votei favoravelmente esta Moção". -----  
-----  
-----

João Curvêlo: -----  
-----  
-----

"Defender muito rapidamente uma Moção que apresentamos sobre a Guiné Equatorial, para que depois haja tempo para o debate central deste PAOD, que é, que foi iniciado pela Bancada do PS, a questão dos SMAS. Vocês conhecem a situação da Guiné Equatorial, da sua proposta de admissão como membro de pleno direito na CPLP. Esta Assembleia Municipal já votou uma recomendação ao Governo, na altura do Partido Socialista, para que negasse esse acesso. - -----

E eu, muito rapidamente, diria só que, há três argumentos que têm sido apresentados, a favor da entrada da Guiné Equatorial. O primeiro foi apresentado por Rui Machete, depois de, no dia 20 de fevereiro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP terem aprovado uma recomendação, para que a Guiné Equatorial entrasse. Diz Rui Machete, que a Guiné Equatorial está a progredir no que diz respeito aos direitos humanos, e que portanto, deveria entrar na CPLP. Alega a existência da Resolução Presidencial 426 de 2012, que é uma moratória, ou, inclui uma moratória temporária, à aplicação da pena de morte no país. Dizer que esta moratória é temporária. Por outro lado, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, o Departamento de Estado Norte Americano, e a "Woman Rights watch", falam de detenções arbitrárias e extra judiciais no país. A Guiné Equatorial, segundo a Amnistia Internacional, tem feito uma série de execuções sumárias sem julgamento. E para além disso, está no honroso lugar 163, de 177, no Índice de Corrupção da Transferência Internacional. -----

O segundo argumento, é de que a Guiné Equatorial é um país de língua portuguesa, e aí, creio que é necessário afirmar que, embora o seja no papel, seria importante discutir, também, o papel a que se prestou o Governo de José Sócrates, nomeadamente com Luís Amado, ao calcinar esta artificialidade, de assinar



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signatures and initials.

*documentos e acordos bilaterais, para programas de ensino do português nas escolas da Guiné Equatorial, que nunca existiram, como é agora reconhecido, pelo Governo do PSD. -----*

*E o terceiro argumento, é a questão, provavelmente o mais verdadeiro, de que, a Guiné Equatorial e a sua entrada na CPLP, podia ser bastante profícua do ponto de vista económico e do ponto de vista dos negócios. Este argumento, sendo o mais verdadeiro, creio que é preciso dizer também, onde é que estão exatamente esses negócios. E dizendo exatamente onde é que estão esses negócios, é importante falar da centralidade que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do PS, Luís Amado, neste processo. E esta centralidade é temporal e é praticamente cronológica. Senão vejamos, em 2010, Luís Amado, propõe a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, em 2011, Luís Amado visita a Guiné Equatorial, e assina protocolos. Em 2012, Luís Amado sai do Governo, fruto das Eleições de 2011 e é nomeado Presidente do Conselho de Administração do Banif. Em 2013, a Guiné Equatorial injeta 133 milhões de euros no Banif. E em 2014, Luís Amado é nomeado vice-presidente da Comissão Preparatória da Cimeira de Díli, que aprovará, ao que tudo indica, a entrada da Guiné Equatorial. -----*

*E portanto, o que nós propomos, na sequência daquilo que já propusemos, e foi apresentado, e aprovado nesta Assembleia Municipal, é que, ainda para mais, tendo a Câmara Municipal de Odivelas distinguido a CPLP com a medalha municipal, por reconhecidos méritos prestados ao concelho, e outras coisas, que seja coerente com aquilo que são os estatutos do CPLP. Que seja coerente com aquilo que é o primado da democracia, da paz, dos direitos humanos, e que, portanto, recomende ao Governo, que não aceite a entrada da Guiné Equatorial na CPLP. -----*

**Voto de Condenação (Doc. nº 2) “Pelo comportamento do IHRU em relação aos seus inquilinos, foi colocada à votação tendo sido Rejeitada por Maioria, com os votos a favor do BE e CDU e com os votos contra das bancadas do PS e PSD e com a abstenção do CDS-----**

**Pelos Membros da Assembleia Municipal, Eduarda Barros e José Falcão das bancadas do PS e do BE e João António em nome individual foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----**

**Eduarda Barros:-----**

*“ Sr. Presidente, a bancada do PS votou contra este Voto de Condenação, por duas ou três ordens de razão. Em primeiro lugar porque ele é demasiado vago, enfim, todos nós queremos a redução já, mas isso é qualquer coisa do domínio do vácuo. Em segundo lugar, porque, no nosso entendimento o verdadeiro*



Assembleia Municipal de Odivelas

*culpado por esta situação, que é o Governo, aqui é omissa, e é acusada aqui uma Instituição que está com orçamento zero, e que luta com as dificuldades que muitas Instituições infelizmente da nossa Administração Pública lutam no dia a dia. No limite, a responsabilidade disto é obviamente do Governo, que aqui nem sequer é mencionado.* -----  
-----  
-----

**José Falcão:** -----  
-----  
-----

*"Nós votamos a favor. Apresentamo-la. E entendemos que os factos falam por si. Compreendemos a Declaração de Voto do PS e do PSD é normal. Compreendo perfeitamente a Declaração de Voto do PS e a votação. Esta questão do IHRU já vem de antes, não apenas como querem fazer crer, de agora..."* -----  
-----  
-----

**João António em nome individual:** -----  
-----  
-----

*"Votei contra este ponto porque, a Moção em causa se refere à cidade de Lisboa, e não ao concelho de Odivelas."* -----  
-----  
-----

**Voto de Protesto (Doc. nº 3) sobre "Processo de Privatização da EGF", foi colocada à votação tendo sido Aprovada por Maioria, com os votos a favor da bancada do PS, CDS, CDU e BE e com a abstenção do PSD**-----  
-----  
-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão** da bancada do **BE**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----  
-----  
-----

**José Falcão:** -----  
-----  
-----

*"Nós votámos a favor deste voto de Protesto, sobretudo por três pontos que estão neste voto de protesto e que vou passar a citar porque tenho tempo: -----*

*Não está salvaguardado o interesse público, uma vez que o Governo ainda não esclareceu como é que a privatização garante a qualidade e a eficiência na gestão dos resíduos, área em Portugal atingiu indicadores*



Assembleia Municipal de Odivelas

*ambientais de excelência a nível internacional, fruto do trabalho da EGF, dos sistemas multimunicipais, e do investimento dos próprios municípios; -----*

*Não há garantia que no futuro continue a ser praticado um tarifário adequado, justo e equilibrado; -----*

*6- Não estão acautelados os direitos fundamentais dos trabalhadores destas empresas. -----*

**Voto de Congratulação (Doc. nº 4) sobre “Acordo relativo à constituição dos serviços intermunicipalizados de Loures e Odivelas”, foi colocada à votação tendo sido Aprovada por Maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, com o voto contra da bancada do CDS -----**

**Pelos Membros da Assembleia Municipal, Susana Santos, Lúcia Lemos, Luís Salmonete, José Pignatelli, José Falcão bancadas do PS, CDU, PSD, CDS, BE e António Ramos em nome individual foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----**

**Susana Santos:-----**

*“Após um processo negocial, que decorreu nos últimos meses, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) e a Câmara Municipal de Loures (CML) chegaram a um acordo relativo à constituição dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas para a gestão do serviço de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos, nos dois concelhos. -----*

*Do acordo alcançado a Bancada do PS destaca que: -----*

*O Conselho de Administração será constituído, nos termos da legislação aplicável, por 3 elementos não remunerados, cabendo a indicação de um vogal a cada município e presidência rotativa a cada 24 meses;*

*A imputação de responsabilidades aos dois municípios será feita de modo equilibrado e proporcional com base no número de clientes em 31 de Dezembro de 2013 (Loures 57%; Odivelas 43%); -----*

*As decisões fundamentais serão tomadas obrigatoriamente, por unanimidade, conforme Acordo de Gestão a celebrar para o efeito. -----*

*Ao longo dos últimos anos, a situação do deficiente serviço prestado pelos SMAS em Odivelas tem sido um dos tópicos centrais do debate político. Pelo grave impacto que tem tido na vida quotidiana dos nossos cidadãos e das empresas instaladas no Concelho. -----*

*A assunção da gravidade deste facto e o reconhecimento de que esta é uma injustiça grave que precisa de ser corrigida era condição sine qua non para encetar um diálogo e negociação que se queriam sérios. -----*

*Esse reconhecimento foi feito aqui nesta mesma sala no dia da assinatura do acordo pelo Presidente da CM Loures. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

O PS pugnou sempre por um acordo de gestão intermunicipal que assegurasse o equilíbrio nos serviços prestados e que garantisse o investimento necessário nos dois territórios com justiça e equidade. -----  
Estivemos sempre, desde a primeira hora disponíveis para esse diálogo. Mas para **"dançar o tango são sempre precisos dois"**. -----

A par da recusa sistemática de um diálogo sério, assistíamos a um nível de degradação insustentável do serviço prestado. Degradação essa inversamente proporcional ao preço pago por todos nós munícipes que sem os Órgãos Municipais eleitos de Odivelas se pudessem pronunciar na defesa dos nossos cidadãos. ---  
Odivelas não teve outra escolha que não fosse a de encontrar uma alternativa que tentasse solucionar estes problemas. Uma segunda ou terceira escolha, é certo. Mas a escolha possível de quem tinha esgotado todas as outras. -----

Já sabemos que se alguns levantarão para assumir a paternidade da criança, qual baile de verão de uma qualquer aldeia do nosso Portugal profundo. É normal, faz parte do jogo político. Mas nas questões da honorabilidade política não há país vencedor. A vitória é dos Odivelenses. -----

Mas a verdade, e é esta a verdade, é que o Executivo Municipal e o PS Odivelas não se moveram. Foi Loures que alterou a sua posição e veio de encontro àquelas que sempre foram as nossas reivindicações.

A verdade é que **CMO e para o PS de Odivelas, esta nunca foi uma questão partidária**. Mas sim um problema de acesso a direitos básicos essenciais, do interesse dos munícipes e de gestão do território, que pela sua importância e gravidade tinha de ser ultrapassado. -----

Partidos à parte, o mérito está em quem foi capaz de se colocar acima dos interesses partidários e lutar pelos interesses legítimos das populações que os elegeram. -----

Em Odivelas, sempre aqui estivemos (e por isso a população voltou a confiar em nós. Desta vez de maneira absoluta). Loures chegou agora, bem vindo sejam! -----

**A Bancada do PS saúda, assim, vivamente** o executivo municipal da CMO e a Presidente Susana Amador por este acordo, bem como a capacidade de negociação e atitude construtiva que permitiu que o consenso fosse alcançado, mantendo assim na esfera pública e municipal estes serviços. Como sempre foi desejo do Partido Socialista em Odivelas. -----

Temos confiança de que com uma nova administração conjunta será possível melhorar a qualidade do serviço e garantir o investimento estrutural que é necessário no território de Odivelas. De forma paulatina (porque não se podem esperar milagres de um dia para o outro), mas esperamos que consistente. -----

Temos também confiança na capacidade e no empenhamento dos trabalhadores. O respeito pela integralidade dos seus direitos é um ponto fulcral do acordo alcançado. Saudamos vivamente, todos os trabalhadores nos quais confiamos para continuar a colocar ao serviço das populações o melhor das suas capacidades e competências. Agora com renovado estímulo." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

**Lúcia Lemos:**

*"A bancada da CDU votou favoravelmente este voto de congratulação porque de facto concordamos com o rumo com que as coisas levam para a água pública em Odivelas. Certo é, que neste voto se fala de uma evolução da posição da Câmara de Loures e que terá vindo ao encontro de reivindicações legítimas da Câmara de Odivelas, parece que houve aqui mudanças e parece que houve aqui evoluções. Alguém nunca mudou de posição, a CDU, em Loures e Odivelas, nunca mudou de posição na defesa da água pública. A água é um bem público, é mesmo do nível dos Direitos Humanos e portanto se houve uma mudança política na Câmara de Loures que permitiu o entendimento a posições que se diz que a Câmara de Odivelas sempre terá tido e nós respeitamos, sabemos hoje que a CDU em Loures e Odivelas defendeu sempre a água Pública.*

*Votámos favoravelmente este voto, porque também votámos o voto de confiança de que os dois municípios vão honrar em documento aquilo que fizeram num acordo político e essa é a nossa expectativa. É que agora do acordo político e esperamos que de facto se empenhem os dois Município para que do acordo político se passe mesmo ao acordo efetivo, na defesa dos trabalhadores, dos munícipes e sobretudo daquilo que é o bem mais precioso para o futuro da Humanidade, a água e a água pública."*

**Luís Salmonete:**

*"É evidente que estamos de acordo com as deliberações que estão aqui mencionadas neste voto de congratulação, mas existe aqui uma contradição que é uma questão de pormenor. Entre o parágrafo número um e o número dois, que diz que no primeiro paragrafo: "...chegaram a um acordo..." e deveria estar um acordo de princípio, porque depois o parágrafo dois menciona o seguinte "...mostrou abertura para e suspender o processo de concessão que havia iniciado e para negociar uma solução intermunicipal razoável e equilibrada para ambas as partes", portanto não há um acordo total, como está mencionado aqui no parágrafo um, é só uma questão de pormenor, um acordo específico para a gestão."*

**José Pignatelli:**

*"O Voto de congratulação do Partido Socialista não é mais que uma tentativa de branquear o passado e esconder o debate que os autarcas Independentes e da CDU fizeram sobre esta matéria, nos quatro anos*





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

do Mandato anterior (2009-2013), quer aqui na Assembleia Municipal, quer nas reuniões do Executivo camarário, quer ainda nas Assembleias de Freguesia. -----

Este voto de congratulação esconde factos que se encontram testemunhados por milhares de cidadãos, munícipes dos Concelhos de Odivelas e Loures e de muitos Órgãos de Comunicação Social nacionais e regionais. Alguns dos factos, terão de ficar espelhados nas Actas das reuniões dos Órgãos Autárquicos de Odivelas. -----

Quem não se recorda da proposta do Vereador Independente Hernâni Carvalho, para solucionar o diferendo que opunha os presidentes das duas Câmaras, Susana Amador, de Odivelas, e o Eng.º Carlos Teixeira, de Loures que pressupunha ainda a possibilidade de ele (Hernâni Carvalho) mediar uma solução de intermunicipalização dos serviços, caso perdesse as eleições autárquicas de 2009 (o que viria a suceder)?

Quem não se recorda daquele Vereador Independente, aqui nesta sala, em plena reunião pública do Executivo desta Câmara Municipal, ter afirmado que teve pelo menos uma reunião com o Eng.º Carlos Teixeira, antes das eleições de 2009, onde foi acompanhado por um outro candidato da sua coligação «Em Odivelas Primeiro as Pessoas» (curiosamente também Vereador do Executivo desta Câmara eleito quer no mandato anterior quer no actual), onde foi dada a garantia de uma solução que servisse ambos os concelhos? -----

Impõe-se interrogar: -----

Quem é que jamais aceitou estas propostas, numa espécie de repugnância por não conceber o eventual protagonismo de opositor? -----

Quem é que não teve arte e engenho para aproveitar a boleia do opositor e assumir a liderança de um acordo? -----

Quem é que nunca cedeu à tentação de manter um diferendo pessoal com o Eng.º Carlos Teixeira? Sim, porque foi disso que sempre se tratou: Um conflito particular entre os socialistas Susana Amador e Carlos Teixeira que não se revê em qualquer decisão política? -----

Quem é que no seu programa eleitoral de 2009 escreveu – passo a citar: «Resolver definitivamente o processo técnico e empresarial dos SMAS, continuar a reformulação da rede e substituição de condutas, eliminando os cortes de água»? Inscrição que mais não foi que manipulação política pré-eleitoral e que seria impossível de suceder sem qualquer acordo. -----

Quem é que fomentou o ideário da concessão dos serviços, abrindo expectativas a terceiros e criando conflitos de interesses completamente desnecessários que tiveram ponto alto numa célebre Assembleia Municipal, realizada no pavilhão Multiusos de Odivelas, a 7 de Fevereiro de 2013? -----

Quem é que abriu um procedimento concursal para a concessão dos serviços prestados pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Loures de forma unilateral? -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Tudo isto foi obra de uma única pessoa que ficará para a história como a única responsável pelo arrastar desta situação: Susana Amador, presidente da Câmara de Odivelas pelo terceiro mandato consecutivo. --- Este processo - que agora encerra novo paradigma -- habilita uma partilha de património não muito distante daquela que sempre se conheceu: 57% para Loures, por força dos seus 95.757 clientes; 43% para Odivelas, proporcionados pelos 72.259 clientes. -----*

*No voto de congratulação do Partido Socialista, no seu segundo parágrafo, inscreve-se, passo a citar: «Perante a evolução da posição da Câmara de Loures que veio ao encontro daquelas que eram as reivindicações legítimas do nosso Concelho (...)», indicia já um egoísmo num processo que ainda agora irá começar. Mesmo a ser verdade, esta referência é deselegante porque neste procedimento a Câmara Municipal de Odivelas nunca esteve bem no mandato anterior. -----*

*Deve-se ainda relevar: -----*

*Que seguramente este acordo se deve à generosidade e empenho do presidente da Câmara de Loures, Bernardino Soares e à envolvimento do seu staff e dos funcionários dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----*

*Que o município de Odivelas mais uma vez, se encontra na eventualidade de desperdiçar dinheiros públicos pela anulação do concurso público para a concessão destes serviços de gestão da distribuição da água e do saneamento básico; -----*

*Devemos recordar também a visita ao concelho de Elvas, promovida pela presidente da Câmara de Odivelas, para que o Executivo camarário pudesse verificar o sucesso de uma concessão que, a avaliar por um recente relatório do Tribunal de Contas, se revela um insucesso por onerar os preços da água aos consumidores sem razão. -----*

*É por tudo isto - e só -, que voto contra o documento apresentado pelo Partido Socialista." -----*

**José Falcão:** -----

*"A Câmara Municipal de Odivelas pretendia entregar o abastecimento de água, tratamento de esgotos e abastecimento de lixo aos interesses privados. Apesar da contestação das e dos trabalhadores dos SMAS de Loures, dos partidos de esquerda e de muitas e muitos cidadãos a Câmara avançou com o processo de privatização deste serviço público. Um ano depois da aprovação pela maioria PS e PSD do início da privatização o PS viu-se obrigado a recuar, passadas as eleições autárquicas na qual o PS perdeu milhares de votos -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Susana Amador entendeu-se com o novo Presidente da Câmara de Loures para a criação de uma empresa intermunicipal que assegure o serviço publico nos dois concelhos e garanta o trabalho dos atuais SMAS de Loures. -----*

*O Bloco de Esquerda sempre propôs uma solução deste género. Há um ano o PS e PSD chumbaram a proposta do BE que assentava em cinco eixos: a admissão imediata da então organização do SMAS, a criação de uma empresa intermunicipal, a gestão partilhada da empresa intermunicipal, transparência na gestão permitindo o controlo em todas as assembleias municipais e manutenção dos postos de trabalho. --- Felizmente e por isso nós votámos a favor, houve o recuo da Câmara Municipal de Odivelas que, embora tardio, permite ao Município não comprometer o seu futuro para as próximas três décadas e impede um aumento brutal dos preços pagos pelos cidadãos por um bem essencial, como é a água. ----- Contudo o processo de privatização não sairá barato ao Município. O Concurso lançado pela Presidente da Câmara Susana Amador terá avultados custos e o cancelamento que serão assumidos pela Câmara Municipal de Odivelas, tal como os duzentos mil euros de advogados. ----- Só de facto uma luta forte, ampla e empenhada pôde derrotar esta iniciativa. É por isso que nós votamos favor desta moção, mas não podemos deixar de assinalar a hipocrisia que está por detrás dela." -----*

**António Ramos em nome individual:** -----

*"É uma declaração de voto em meu nome pessoal. -----*

*E votei porquê? Porque acima de tudo, representa o culminar de uma luta que a Câmara de Odivelas vinha a desenrolar desde 2006. E eu recordo aqui as atas das reuniões com Loures, onde a Câmara de Odivelas e a Presidente Susana Amador, sempre defenderam a intermunicipal Não se esqueçam de fatos concretos. Odivelas sempre defendeu, sempre defendeu a gestão conjunta. Por essa razão eu votei a favor. E acima de tudo, de lembrar os mais esquecidos, dessa posição do Município de Odivelas" -----*

**José Pignatelli pela bancada do CDS, apresentou um ponto de ordem;** -----

**Voto de Saudação (Doc. nº 5) sobre "Empresa Intermunicipal para a Gestão do Serviço de Abastecimento de Água nos Concelhos de Odivelas e Loures", foi colocada à votação tendo sido Aprovada por Unanimidade.** -----

**Pelos Membros da Assembleia Municipal, José Falcão, Luís Salmonete pelas bancadas do BE e do PSD, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

**José Falcão:** \_\_\_\_\_

“Este acordo só foi possível com os trabalhadores contra as pretensões do PS e do PSD. \_\_\_\_\_

O PSD é também responsável por aquilo que aconteceu aqui nesta sala, por aquilo que aconteceu lá fora e por aquilo que ia acontecendo se Odivelas e Loures não chegassem a este entendimento. \_\_\_\_\_

Apenas a luta dos trabalhadores e, evidentemente, o apoio dos que sustentaram essa luta, são vitoriosas. Ganha Odivelas, ganha Loures. \_\_\_\_\_

Mas o PSD, ao apresentar aqui um Voto de Saudação a este acordo mostra de facto que, uma coisa é o que se fez antes (se por acaso isto tivesse ido para a frente, nunca mais viria aqui a defesa do interesse dos trabalhadores, etc, etc.....) e outra o que se diz agora como o que está neste acordo e como está neste voto de saudação. \_\_\_\_\_

É de facto muito hipócrita querer aproveitar a luta dos trabalhadores para uma vitória que é de todos e todas, mas, seguramente não do PSD. \_\_\_\_\_

Votámos e congratulamo-nos evidentemente com isto, mas de maneira nenhuma podemos aceitar que possa toda a gente querer passar um pano sobre esta situação. O PSD não pode. E é responsável por tudo o que aconteceu até agora e esperemos que não torne a ser responsável sobre mais nada deste aspeto.” ---

**Luís Salmonete:** \_\_\_\_\_

“Nós votámos a favor, mesmo arriscando sermos acusados de hipócritas, porque mais vale ser hipócrita do que ser burro e só os burros é que não mudam de opinião. Portanto, está tudo esclarecido e daí o nosso voto a favor.” \_\_\_\_\_

**Voto de Congratulação (Doc. nº 6) sobre “Acordo relativo à constituição dos serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas”, foi colocada à votação tendo sido Rejeitado por Maioria, com os votos a favor da CDU, BE, e CDS, com o voto contra da bancada do PS e PSD. \_\_\_\_\_**

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **José Falcão, Eduarda Barros** pelas bancadas do **BE e do PS**, e **João Curvêlo** em nome individual foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: \_\_\_\_\_



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

**José Falcão:** \_\_\_\_\_

*"Se dúvidas houvesse sobre a seriedade destes votos de congratulação, sobre o interesse dos trabalhadores, nestes votos de congratulação, esta votação mostra exatamente o contrário. \_\_\_\_\_"*

**Eduarda Barros:** \_\_\_\_\_

*"A nossa bancada votou contra esta pretensão do Bloco de Esquerda, porque, isto a nós parece-nos um bocado os cucos, que põem os ovos nos ninhos dos outros. O Bloco não aceitou negociar um texto conjunto connosco, e depois pegou no nosso texto e acrescentou-lhe, tirou o que quis, e pôs o que quis. Assim, é fácil. Nós não vamos reivindicar propriedade intelectual. Moral serôdia do Bloco que hoje vem aqui fazer um discurso completamente em moral de chinelo, de tão gasto que está, que não reconhecemos qualquer moralidade, qualquer sentido de dever, nem qualquer superioridade moral ou política ao Bloco, ou, a outro qualquer partido. O Sr. não tem o direito de vir chamar hipócritas aos outros. \_\_\_\_\_"*

**João Curvêlo em nome individual:** \_\_\_\_\_

*"Nós votamos favoravelmente este documento, numa forma regimental estranha, é verdade, nunca o fizemos. Mas, votamos favoravelmente, e apresentamos esta Moção incorporando a proposta que o PS não aceitou incorporar no seu texto, porque é impossível que esta Assembleia Municipal se pronuncie sobre um tema fundamental, como é a água pública, sobre uma vitória dos trabalhadores dos SMAS, sobre uma vitória de quem sempre defendeu, uma vitória das forças, do movimento água pública, das bancadas, da esquerda e da direita, fazendo alguma justiça ao CDS, que votaram contra sem assinalar a questão política fundamental, que é o direito à água pública, que é o direito dos trabalhadores dos SMAS. E diria só que, que votamos e apresentamos também esta proposta porque ela difere no PS, numa questão fundamental que é dizer que nós queremos este Acordo, mas queremos que este Acordo tenha um efeito a longo prazo, ou seja, que de aqui a seis meses, daqui a um ano, daqui a dois anos, não estejamos de novo a discutir aquilo que já discutimos. E portanto, se PS muda de opinião, está no seu pleno direito de o fazer. Eu creio, que nós não podemos continuar a brincar com os custos políticos, económicos e financeiros que teve esta medida. Não podemos continuar a brincar com aquilo que é o direito das pessoas, que é o direito dos trabalhadores dos SMAS, e portanto votamos favoravelmente esta proposta. \_\_\_\_\_"*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, que seguidamente se transcreve: -----

*"Sr. Presidente, nós reconhecemos a performance do Bloco, evidentemente. Mas, convém, como diria Mário Henrique Leiria, não usar o honrado nome dos trabalhadores para tudo. E portanto, os Srs. Deputados do Bloco tem todo o direito, como nós temos, em igualdade de circunstâncias de esgrimir argumentos. E é disso que se trata numa Assembleia, é de esgrimir argumento, aqui não entram questões nem de verdade, nem de credibilidade, nem de julgamento, nem de outras coisas que não fazem qualquer sentido. A bancada do PS e o Executivo Municipal, que obviamente a seu tempo falará, a bancada do PS tem sido hoje mais do que vilipendiada, e de facto isto não pode continuar. E aliás, peço à Mesa que esteja com alguma atenção sobre isso, porque, a partir daqui só nos falta entrar no vernáculo. -----"*

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve: -----

*"Nós, depois deste número, por falar em números, não percebemos em que é que a honra do PS, ou da deputada Eduarda Barros, foi ofendida. Diríamos mesmo que a intervenção que acabamos de ouvir, foi tão clara, tão clara, que a bancada do Bloco ficou na mesma. -----"*

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi colocada à consideração do Plenário a passagem ao Período de Intervenção do Público, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registram **quatro** inscrições. ----

A Senhora **Fátima Amaral**, tendo feito referência a questões relacionadas com os SMAS - ----

O Senhor **Rui Martins**, tendo sido feito referência a questões relacionadas com o Processo 11235/DV -----

Pelas 17h19 registou-se a saída do Deputado Municipal Pedro Roberto, pela bancada do PSD; -----

O Senhor **Joaquim Machorro**, tendo feito referência a questões relacionadas com o Bairro Casal do Bispo, tema já abordado na Reunião de Câmara de 26.02.2014. -----

O Senhor **José Veloso**, tendo feito referência a questões sobre os Serviços Intermunicipais-----

O Senhor **Luís Oliveira**, tendo feito referência a questões relacionadas com a Ação Social -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Pelas 17h33 registou-se a saída do Deputado Municipal João Lourenço, pela bancada da CDU;-----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

-----**PONTO 1 – Discussão sobre Competências e Eleição da Comissão Executiva Metropolitana**.-----

Retomada a discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

**Edgar Valles**, pela bancada do **PS**,-----



Assembleia Municipal de Odivelas

**Lúcia Lemos**, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve:-----

*"Relativamente a esta questão que já transitou da última Assembleia, e permitiu até que o Dr. Edgar Valles agora nos pudesse vir aqui contextualizar em termos formais a questão das Autarquias. Eu gostava de dizer o seguinte: A bancada da CDU vai acompanhar esta Moção, vai votar favoravelmente, ainda que, tenhamos levantado na última reunião a questão formal. Se calhar era bom, nós olharmos para isto de um ponto de vista estritamente formal. Resume-se um pouco ao que disse aqui o Deputado Dr. Edgar Valles, relativamente às questões, do que é que a nossa Constituição prevê em termos de Autarquias Locais, e o que é que aqui a Moção do Bloco parece indiciar. Era como se nós quiséssemos fazer o cotejo de uma Lei com a Constituição em relação a algo que a Constituição não prevê. Era portanto, no fundo comparar coisas incomparáveis. Declarar a inconstitucionalidade de uma coisa que não está expressamente previsto na Constituição. Que são este tipo de organizações dos municípios, como Autarquias Locais. Agora, podemos olhar para a questão do ponto de vista político. E essa é a que nos interessa mais aqui. A CDU tem a posição de que, nas Áreas Metropolitanas a haver Órgãos Colegiais para representar os interesses dos habitantes dessas áreas, então, era bom que fosse eleito por sufrágio direto universal. Esta é uma questão de princípio. Depois há uma outra, não é o caso, não é o que acontece, não é o que a Lei 75 prevê. A tal Lei Relvisse. Ou seja, de má memória, de alguém que se foi embora, fez há dias há um ano, mas deixou lastro. Lastro, que estamos todos agora a colher os resultados. Não ero que está nesta Lei, e também não é o Regime que estava na anterior. Há uma outra questão, que não pode aqui ser descurada, que também é uma questão política. O que é que levou ao desire da Eleição em janeiro? Viemos todos aqui votar. E como nós, vieram todos os membros das Assembleias dos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa. E o resultado foi, pariu não sei o quê. Nem chegou talvez a ser aquilo que normalmente a montanha dá à luz. O que aconteceu aqui? A questão política é tão só esta, na Área Metropolitana de Lisboa, há dezoito municípios, dezoito Presidentes de Câmara, nove deles foram eleitos por uma força política, a CDU. Deveria em princípio ser a força política com a Presidência deste novo Órgão, mas não, parece que há um outro partido, que tem menos eleições em termos de presidência, mas que quer ficar com a presidência deste novo Órgão. E aqui é que esteve questão. Ou seja, a tentativa do Partido Socialista ganhar uma Secretaria, como Portugal já conhece esse hábito, não é? Aquilo que não ganhou nas urnas, é que levou ao desire de que a urna não chegou a parir nada, em termos de votação em Janeiro. E provavelmente agora, se calhar, então é preciso trabalhar antes de apresentar listas, e dar o seu a seu dono, que é a representatividade de quem votou nos nove concelhos na CDU e a Presidência destes Órgãos. Esta é a questão política. E por isso é que foi malograda a votação em janeiro. A questão de fundo do ponto de vista jurídico, daquilo que os juristas também gostam, e nós aqui somos um Órgão Político, não queria estar aqui com muitas questões técnicas, de facto é uma questão técnica, mas a decisão é política. A técnica adapta-se sempre à decisão*





Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*política. Os Juristas fazem aquilo que a decisão política assim o entender. Aquilo que os Juristas gostam de dizer, que é: deuro condendo deuro condido. Aquilo que é o direito que está neste momento em vigor, e aquilo que deveria estar. O que está em vigor neste momento com a Lei Relvas é isto, não gostamos, não queremos, votamos contra sempre. Ou pusemos lá Relva, cantamos na Grândola, grandolamos na Relva várias vezes, e com ele, toda a família política dele e governamental. Mas não foi e deixou, e semeou uma Lei malfadada, mal parida para Portugal, esta Lei 75. Isto é o que está em vigor, e é com isto que temos que lidar. Dezoito municípios na área Metropolitana de Lisboa, nove são Presidência da CDU. Ponto! E é a CDU que tem que ficar com a Presidência destes Órgãos. Outra questão, é aquilo que seria, o que desejaríamos legislar para o futuro. A primeira coisa, tirar a Lei Relvisse, era aquilo que nós gostaríamos. Claro que não será na Assembleia Municipal de Odivelas, mas todos os partidos aqui tem representação e alguns, neste momento responsabilidades no Governo. E portanto está na hora de passarem das parole, parole, aos atos. É obrigarem, obrigar entre aspas. Persuadirem, fazerem aquilo que o direito gosta muito, lobby's. Criarem um lobby na Assembleia da República mandarem o CDS e o PSD retirarem a Lei 75. Portanto, resumindo e concluindo, há uma coisa na política e na democracia, que enche a boca a tanta gente, há uma coisa que é a legitimidade formal. E que toda a gente aqui, mesmo a Dra, Eduarda Barros, e porque os Odivelenses deram-nos mais um Vereador, essa é uma legitimidade estritamente formal. Outra coisa é a legitimidade no terreno. E essa, o Governo já não a tem há muito tempo. Aconselho-o que não coma ovos de coelho na Páscoa, fazem mal. Gosta de ovos de coelho? Tá visto que tem mau gosto. -----*

*Bem, resumindo e concluindo, nós votaremos a favor esta Moção do BE, deixando de parte as questões estritamente técnicas, mesmo que isto chegue ao Tribunal Constitucional provavelmente será de indeferimento total, porque não é possível fazer cotejo de uma coisa que não é adaptável em relação à Constituição. Liminarmente será indeferido, por não são Autarquias Locais. Independentemente disso, O que está em discussão neste momento na Área Metropolitana de Lisboa, é quem é que vai ter a Presidência deste Conselho, ou desta Comissão Executiva. É quem é que vai ter e quem é que queria ter. Essa é que é a questão. É que quem queria ter, pelos vistos a urna não pariu o que queria. Portanto esta será a nossa posição." -----*

**José Falcão**, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve: -----

*"Felizmente nós resolvemos agendar este Ponto, porque senão, esta discussão que até está saudável não teria acontecido. Queria saudar a intervenção do Edgar, porque, são discussões destas, ainda bem que isto aconteceu, desta forma, como está a passar-se, porque, senão, passávamos ao lado de facto de uma discussão, de um debate importantíssimo para o movimento municipal, digamos assim, para a atividade*



Assembleia Municipal de Odiveelas

*[Handwritten signatures]*

*municipal dos concelhos e do país. O João irá falar mais sucintamente sobre esta questão, mas eu quero salientar a importância desta discussão, nos moldes em que se está a colocar. Acho muito bem, só eleva de facto o Concelho.* -----

*Segunda questão, dizer que, francamente repito, dizer que os Presidentes de Câmara é que sabem o que se passa?* -----

*Vamos lá a ver... sabemos perfeitamente quanto paraquedistas caem em cada Câmara e sabemos que não são eles que percebem do que se passa.* -----

*Estão lá não pelo interesse público, mas sim particulares de cada partido. Sabemos isso. E portanto, eu percebo o que queres dizer, quando dizes que, estas coisas são importantes, mas levar isso até à letra, como tu colocaste aqui. Muitos Presidentes poderão saber o que se passa, mas há muito mais pessoas além dos Presidentes, que também sabem ou sabem mais do que eles".* -----

**José Pignatelli**, pela bancada do **CDS**, -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve: -----

*"Na última assembleia já manifestei a minha posição sobre este tema, mas quero acrescentar mais qualquer coisa para o debate.* -----

*Como sabem as áreas metropolitanas foram criadas em 1992 e os seus órgãos eram a Junta Metropolitana composta pelos presidentes de câmara da área metropolitana e a assembleia metropolitana eleita entre os membros das assembleias municipais dos municípios da área metropolitana.* -----

*Já há uns anos que os sucessivos presidentes da junta metropolitana se queixavam de não poderem prestar mais atenção ao funcionamento da junta metropolitana porque também eram presidentes de câmara e isso estava em primeiro lugar. É compreensível.* -----

*O governo anterior criou um secretariado metropolitano composto por três elementos mas como não transferiu para as juntas a respetiva verba o processo não teve sequência.* -----

*O governo atual criou esta lei que, telegraficamente, pode dizer-se que acaba com as assembleias metropolitanas e cria o Conselho metropolitano composto pelos presidentes de câmara que assim desempenham o papel das assembleias metropolitanas.* -----

*Cria igualmente o conselho executivo metropolitano composto por cinco elementos dos quais três são remunerados.* -----

*Uns dos argumentos seria a questão financeira. Mas isso não colhe porque anteriormente as assembleias metropolitanas reuniam ordinariamente três vezes e extraordinariamente mais duas vezes e mesmo com as*



Assembleia Municipal de Odivelas

reuniões das comissões que reuniam uma vez por mês o valor é manifestamente inferior ao valor que terá de ser pago anualmente ao conselho executivo.-----

Para lá desse facto ao mesmo tempo que o governo acaba com as assembleias metropolitanas cria as assembleias intermunicipais o que é um contrassenso.-----

O facto de na eleição de 16 de janeiro não se ter chegado a uma conclusão deveu-se ao facto da lista vencedora não ter reunido os 50% dos votos exigidos.-----

Penso que agora já há um entendimento de princípio com a CDU no qual irá assumir a coordenação do conselho executivo.-----

No que respeita ao conselho metropolitano e ao facto de não ser a CDU que detém o maior número de câmaras ter a presidência é uma questão antiga.-----

A presidência da junta foi sempre entregue ao presidente da câmara municipal de Lisboa até à presidência de Pedro Santana Lopes. Quando Santa Lopes saiu, Carmona Rodrigues exigiu condições para desempenhar o cargo, condições que não foram aceites.-----

Face ao impasse a CDU assumiu a presidência.-----

A CDU tem de facto a maioria das câmaras na AML mas não nos devemos esquecer que as contribuições dos municípios estão de acordo com o número de habitantes nos seus municípios e este argumento também deve colher.-----

É assim que chegamos à situação atual. Não sabemos como irá terminar mas pensamos que estará para breve uma solução."-----

**Edgar Valles** pela bancada do PS,-----

**Lúcia Lemos** pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve:-----

"Ora bem, eu gostava mesmo de recentrar isto no ponto de vista político. Primeiro, o Bloco está de parabéns por trazer esta discussão à Assembleia. Isto é um aspeto importante. Não fora este agendamento, e nós não estávamos aqui, se calhar alguns pela primeira vez, a consciencializar um pouco mais isto. Eu acho que isto é importante, isto é um fórum político, é importante discutir. Depois, não devemos só porque--- se calhar do ponto de vista estritamente formal das questões muito técnicas, a noção não ser a mais adequada, não devemos enjeitar a discussão política. E, aquilo que aqui esta de algum modo a ser falado é: o modelo anterior, não sendo o modelo da regionalização, e não sendo a Assembleia Metropolitana e a Junta eleitas por sufrágio direto universal dos munícipes, ainda assim, tinha uma maior democraticidade do



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*que este sistema. E se nós achamos então que Portugal, não sei se é, ou se tenta ser um país democrático, deve tentar coloca-lo nos diferentes patamares, e um deles era este. Havia de facto, uma maior, apesar de tudo, representatividade indireta, porque os municípios estavam representados pelos eleitos das suas Assembleias Municipais. E portanto, era um sistema mais democrático. Depois há aqui um especto que ainda não foi afluído, uma questão política que ainda não foi aqui afluída, que são os dinheiros do QREN, e portanto, o que está aqui verdadeiramente em jogo é quem é que vai ter uma palavra maior nas decisões na aplicação dos dinheiros que vêm da União Europeia, do QREN. É tão só isto. E os argumentos então de maior representatividade dos eleitores, etc., vêm à frente escondendo esta ideia. Ah pois! Os dinheiros do QREN, para a Área Metropolitana. E só mesmo por último, a Lei Relvas, neste caso em concreto, vejam lá se não foi uma maneira de criar mais três lugarzinhos para distribuir em termos de benzinhos. Até parece mesmo, era três lugares remunerados com o ordenado de Vereador para a Comissão Executiva. Três remunerados. Vejam lá, se não é mesmo, extinguindo uma série de Serviços Públicos, arranjar agora um sítio para se colocar quem bem se entende. E portanto, nós achamos que não é adequado à Lei, vamos votar a favor ainda que as questões técnicas fiquem para ser discutidas depois no Tribunal Constitucional. --*

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção em defesa da honra que se transcreve:--

*"Não, está enganada Sra. Deputada. Eu vou-lhe aqui dizer uma coisa muito simples, se a Sra. acha que os três membros do Conselho Executivo são lugares para os Boyzinhos, espero que a CDU não aceite, é o mínimo que eu espero. -----*

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve:-----

*"Sr. Deputado eu falei do princípio. Daquilo que os juristas também dizem, mens legislatoris. O que estava no espírito da Relva, quando fez a Lei. Veja lá Sr. Deputado, ainda bem, ainda bem que prevê que a CDU vai ter lugares, continuará a ganhar Câmaras e a próxima é a de Odivelas. -----*

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**,-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

**Moção Nº 7, sobre “o Novo Regime Jurídico da Área Metropolitana”, foi colocada à votação tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor da bancada da CDU, BE e CDS, e com a abstenção das bancadas do PS e PSD** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Edgar Valles**, e **Lúcia Lemos** das bancadas do PS e CDU foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem: -----

**Edgar Valles:** -----

*“A bancada do Partido Socialista absteve-se em virtude de ter fundado as dúvidas sobre as inconstitucionalidade do diploma mas por outro lado não estar de acordo com o regime instituído pela lei nº 75/2013 de 12 de setembro.”* -----

**Lúcia Lemos:** -----

*“A bancada da CDU votou favoravelmente por uma questão de princípio, até contra a lei 65, tudo o que se puder fazer é bom mas isso não invalida que a CDU não deve cumprir com as suas obrigações, enquanto força política com poder em nove concelhos da Área Metropolitana que têm que defender os interesses das populações que elegeram os presidentes de câmara e os vereadores da CDU lidando com o quadro legal que está em vigor. Portanto mal sem eles pior sem eles.* -----

*Razão pela qual no exercício da prática na governação a CDU tem que lidar com a lei existente e com os instrumentos possíveis. Do ponto de vista dos princípios tanto quanto possível há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não.* -----

*Contem com a bancada da CDU a dizer não às leis semelhantes com esta do Relvas.”* -----

**PONTO 2 – Proc.29896/OM – Bairro Novo do Trigache – União das Freguesias de Pontinha e Famões – Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas Devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 8/89 – Lotes 8, 10, 11, 13, 14, 25, 41, 45, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 69, 72, 73, 75, 77 e 80, em nome de Olívio São Pedro Mendes e outros.** -----

Presente para deliberação, o Proc.29896/OM – Bairro Novo do Trigache – União das Freguesias de Pontinha e Famões – Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas Devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 8/89 – Lotes 8, 10, 11, 13, 14, 25, 41, 45, 49, 52,



Assembleia Municipal de Odivelas

53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 69, 72, 73, 75, 77 e 80, em nome de Olívio São Pedro Mendes e outros, de acordo com a Informação nº29896/OM, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 5ª Reunião Ordinária de 2014, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 12.03.2014, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para apresentação do referido ponto -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado à discussão não se tendo registado nenhuma intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à consideração do plenário a retirada dos pontos , 3, 4 e 5 da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 18h30, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário